

# Testemunhos Leituras

TESTEMUNHOS

## Atos de caça e recolção

JOSÉ PACHECO PEREIRA

De há alguns anos a esta parte tenho-me dedicado a uma função de caçador recolector, ou seja, procuro por todo o lado papéis, espólios, arquivos. Uns recebo por oferta, outros salvo *in extremis* de irem para o lixo ou de serem vendidos para polpa de papel. Outros ainda são adquiridos, desde a Feira da Ladra aos alfarrabistas, em Portugal e no estrangeiro. Tenho gasto muito dos meus recursos adquirindo espaço, estantes, material de papelaria, para além dos papéis propriamente ditos.

Tinha a intenção de usar o estatuto de Fundação para colocar todo este património no domínio público, e, continuando a ter esta intenção, estou à espera que o Governo se decida corrigir a legislação que produziu e que torna mais caro o custo fixo de funcionamento de uma Fundação, do que o cumprimento dos seus objetivos fundacionais, que são a favor do «bem público». *Deitando o menino fora com a água do banho*, a atual lei não impede nenhum abuso para muita falsa Fundação existente e tornou criminoso e inoportuno o ato de fundar uma nova. Esperemos que volte o bom senso.

Esta caça e recolção não é uma atividade que os arquivistas de ofício, pelo menos alguns deles, vejam como benigna. Por um lado, desprezam-na

como sendo coisa de colecionador, uma atividade menor. Por outro, acrescentam-lhe várias objeções – não tem critérios, não faz escolhas, inclui lixo e coisas boas numa mesma recolha, e, no caso de os papéis serem úteis, não é nas mãos de um privado que eles deviam estar, mas num dos seus arquivos estatais, e os materiais não são “tratados”, nem classificados, nem conservados como deviam. Há diversas variantes destas críticas, mas ouvindo-as, não me esmorecem um átomo, porque me parece atirarem ao lado.

Não desprezo o saber profissional de bibliotecários e arquivistas, nem a sua capacidade de serem essenciais na preservação da memória coletiva, o seu respeito por leis e diretivas sobre a propriedade intelectual, o seu esforço e dedicação, mas penso que esses objetivos – a que tão nobremente se dedicam – não podem ser exclusivos nem de profissionais, nem das instituições do Estado, ou de Fundações e empresas com recursos. Entendo que, pelo contrário, precisam do trabalho, dos recursos, da dedicação dos amadores, daqueles que a seu modo e com os seus defeitos querem fazer uma espécie de *cabinet de curiosités* com os seus papéis, e que assim salvam e conservam muito do que o Estado não pode, nem tem recursos, nem muitas vezes sensibilidade, para

guardar e colocar à disposição do público, investigadores e curiosos sobre a sua terra e as suas gentes. Costumo, quando ouço estas objeções, lembrar que algumas das mais importantes obras da nossa erudição e referência foram feitas por amadores, fora das Universidades, das Academias e do Estado. Não é preciso ir mais longe do que o Inocêncio, o Abade de Baçal ou Michel Giacometti. Tomo muito a sério estas objeções, faço o possível para seguir boas regras e boas práticas arquivísticas, mas sei que não é a mesma coisa, para o melhor para o pior.

Qual é o «projeto» central desta caça e recolção? Existe um, mesmo que depois conviva com outras coleções acessórias que vêm de arrasto, como aliás é habitual em todos os projetos do mesmo tipo. É o de fazer uma espécie de pequena *Bibliothèque de Documentation Internationale Contemporaine* (BDIC) em Paris, ou se se quiser uma pequeníssima *Hoover Institution on War, Revolution, and Peace*, em Stanford, ou um embrião de Instituto de História Social de Amsterdão, para o caso português. Dois arquivos prosseguem objetivos próximos, o Centro de Documentação 25 de Abril da Universidade de Coimbra, e a Fundação Mário Soares. A natureza das suas coleções

é semelhante, tem muitos aspetos complementares, embora haja diferenças. Mas é esse o *core business* desta caça e recolção.

Uma das características deste projeto é uma grande proximidade entre a biblioteca e o arquivo, completando-se um ao outro, especializando-se a biblioteca naquilo que está no arquivo. Esta simbiose manifesta-se nas aquisições: por exemplo, depois de uma oferta privada de uma notável coleção internacional sobre a direita mais radical (quando se deu o atentado de Anders Breivik na Noruega havia no arquivo materiais dos grupos noruegueses a que pertenceu), incluindo livros, panfletos, periódicos, cartazes, objetos, discos e cassetes, *pms* e bandeiras, tem havido não só uma aquisição de materiais de arquivo complementares (do Ku Klux Klan, por exemplo), como de livros sobre a extrema-direita, história «revisionista», etc.

O meu projeto inicial foi o de recolher tudo aquilo que não podia existir nas instituições públicas antes do 25 de Abril. Este projeto tinha na sua origem várias coleções portuguesas, de jornais, revistas, panfletos, ligados com o PCP, os grupos esquerdistas e a oposição no sentido lato. A isso se acrescentou uma dimensão internacional. Quem queira em Portugal, por exemplo, fazer um estudo sobre o comunismo, matéria que, pela sua natureza, exige um tratamento comparativo, não dispõe de coleções de outros partidos comunistas como o francês, o inglês, o espanhol, o brasileiro, nem da imprensa comunista internacional, não encontra os panfletos do PCF dos anos cinquenta, nem o *Morning Star*, nem o *Mundo Obrero*, nem os jornais do Komintern, nem

do Kominform. Já não digo sequer outros materiais relevantes sobre a cisão sino-soviética, ou sobre a solidariedade com o MPLA na Suécia, ou os primeiros panfletos independentistas em Cabo Verde. A isto acrescento milhares de livros e revistas especializados, mantendo a bibliografia atualizada para o movimento comunista internacional e muitos partidos comunistas, dos EUA, ao Canadá, à Bulgária, ao Irão, à Indonésia.

Porém, as coleções acabaram por se alargar à recolha de todo o material relevante para a história política portuguesa e internacional do século XX, com algumas incursões pouco significativas no século XIX. Maçonaria e partidos republicanos, anarquistas e sindicalistas revolucionários passaram a fazer parte natural do conjunto, assim como materiais sobre integralismo, Estado Novo, marcelismo, etc.

De entre os núcleos mais importantes do arquivo destaco:

- Coleção sobre movimento comunista português e internacional;
- Coleção sobre movimentos radicais portugueses e internacionais (*hippies*, movimentos contraculturais, movimentos esquerdistas dos anos 60 até aos nossos dias, grupos de ação direta, etc.);
- Coleção da direita radical (movimentos de extrema-direita nacionais e internacionais);
- Coleção maçónica;
- Arquivo de documentos da Censura (incluindo a censura dos espetáculos);
- Arquivos de movimentos políticos portugueses: União Socialista; PCP(m-l) – Norte; Associação Cívica Movimento Portugal Único; Clube da Esquerda Liberal; etc.,
- Espólios pessoais e familiares:

família Cottinelli Telmo/Leitão de Barros; família de Maurício Pinto/Judite Mendes de Abreu; de José Carlos Ferreira de Almeida, de José Borrego, de Joaquim Barros de Sousa, etc.

- Espólio pessoal e político de Francisco Sá Carneiro;
- Núcleos de papéis, fotos, documentos, etc., de Damião Peres, Maria de Lourdes Belchior, Constantino Varela Cid (fotos), etc.;
- Arquivo da «crise» (2008-) incluindo cobertura fotográfica de manifestações, recolha de cartazes, panfletos, etc.;
- Coleção de objetos relacionados com a atividade política, «brindes de campanha», objetos usados para obtenção de fundos; etc.;

Há, para além disso, pequenos espólios, alguns contendo itens únicos com muito interesse e valor para a história contemporânea portuguesa, como, por exemplo, um diário manuscrito detalhado do responsável pela logística da guerra colonial na Guiné; vários *scrapbooks*, um deles com gravuras originais coladas de Daumier, uma correspondência amorosa com mais de mil cartas entre um oficial do exército e uma sua namorada nos anos trinta do século XX, com muito detalhes sobre a vida quotidiana nos quartéis e em Lisboa; uma coleção de «fotografias de imprensa» sobre conflitos sociais e políticos, com origem num arquivo de um antigo jornal de Chicago, tendo coladas no verso ou os recortes das notícias que usaram as fotos ou os despachos de agências noticiosas, etc., etc. De um modo geral o uso do etc. é eufemístico. É um grande etc.

O arquivo e a biblioteca usam para divulgação dos seus fundos o blogue EPHEMERA

(<http://ephemerajpp.com/>), que já publicou 8 200 notas, na sua maioria correspondendo a pastas por entidade emissora, por título de periódico, ou por evento, nalguns casos com índices próprios e um sistema muito eficaz de cerca de 6 800 categorias que permite procuras biográficas, por organização, por tema, por título, por país, cidade e outras entidades geográficas e por cronologia. No blogue há uma FAQ (<http://ephemerajpp.com/ajuda/>) que detalha muitos aspetos que aqui refiro, assim como a organização física do arquivo. Todos os dias entre 800 e 1000 visitas consultam o blogue, sendo cerca de 30% com origem fora de Portugal, com relevo para o Brasil. O número total de visitas ultrapassou o milhão e quinhentos mil.

Embora se trate de um arquivo e uma biblioteca privados, os seus fundos tem estado abertos a investigadores e interessados, autores e escritores, cineastas e documentalistas. Muitos pedidos de consulta individual ao arquivo e biblioteca têm sido feitos e alguns têm sido atendidos, infelizmente menos dos que desejaria por falta de disponibilidade. No entanto, muita informação pedida tem sido enviada em formato digital e materiais do arquivo têm sido reproduzidos e usados, com expressa menção de origem, em mais de 20 livros e diversas publicações, em Portugal e no estrangeiro, e vários filmes de televisão e de cinema. Muitos mais têm sido usados, principalmente pelos jornais e na Rede, sem citar a origem.

Os materiais estão, de um modo geral, organizados e bem conservados, mas, com uma entrada regular de quase 2 metros lineares de todo o tipo, há um problema

agudo de falta de espaço. Para resolver em parte este problema, adquiri recentemente em hasta pública um grande edifício do final do século XIX, que foi usado como escola e depois como quartel da GNR, que poderá trazer algum novo espaço para descongestionar as entradas, após obras de restauro e recuperação.

Como disse antes, tudo estava preparado para a criação de uma pequena Fundação, autossustentável e autónoma do Estado, localizada numa aldeia ribatejana que ainda mantém muita da sua identidade arquitetónica, a curta distância de Lisboa, Coimbra e do resto do país, com acessos fáceis e condições para crescer. Infelizmente, o aborto legislativo que é a Lei das Fundações criou um hiato num processo que estava em curso, e que penso terá futuro para além do seu fundador. As coleções conhecem um grande incremento todas as semanas, uma parte importante por oferta, outra por aquisição, e um grupo dedicado de voluntários recolhe por todo o país materiais que correspondem às intenções do arquivo e faz algumas digitalizações. No momento em que escrevo, recolhe-se muito do material relativo às eleições autárquicas (setembro de 2013), coisa que ninguém faz, salvando uma parte da nossa memória política para o futuro. A «cadeia de produção» que organiza os materiais, os classifica, os separa, digitaliza e arquiva fisicamente, vive muito do meu trabalho individual, mas vai dando vazão ao que entra. Sou otimista quanto ao futuro, numa altura em que não se pode ser otimista com nada. Vamos ver.